



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 2/XI/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 10:45 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

- Discussão e Aprovação do Regulamento Interno da Comissão;
- Apreciação e aprovação da Acta nº1/XI/1.º SL;

II PARTE

- A Comissão de Assuntos Europeu promove no âmbito da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, a Audição de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, para debater os temas inscritos na agenda do Conselho Europeu extraordinário, que se realizará, em Bruxelas, a 19 de Novembro.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando os deputados presentes e passou, de imediato, ao primeiro ponto da Ordem do Dia. Fez então um breve enquadramento das alterações efectuadas no Regulamento da Comissão, sobretudo de cariz formal, até porque futuramente, como reflexo da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, será necessário fazer novas adaptações, desta vez, mais completas.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para referir que o PSD concorda com o projecto de regulamento apresentado.

De seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) que referiu não ter recebido o regulamento, pelo que solicitou uma cópia do mesmo para análise.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) aproveitou a oportunidade para colocar a questão da hora e do dia da reunião ordinária da Comissão, expressando que o final de tarde de terça-feira não lhe seria muito conveniente.

O Senhor Presidente da Comissão referiu que na sessão legislativa anterior, tinha sido acordado que a reunião teria lugar às terças-feiras, pelas 17:30, o que era benéfico para os Deputados que vinham de fora de Lisboa e não colidia com a maioria das reuniões de Comissões que se realizavam às quartas-feiras de manhã. No entanto, demonstrou a abertura para contactar os coordenadores e tentar encontrar um horário mais consensual.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) referiu que o Grupo Parlamentar do PSD, em princípio, concordará com o horário das 17:00, mas solicitou que a questão não fosse já decidida para poder falar com todos os restantes membros.

Atendendo à hora, este ponto da Ordem do Dia foi interrompido, tendo a reunião prosseguido com a audição de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

O Senhor Presidente da Comissão, começou por saudar e apresentar cumprimentos a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo depois feito um breve enquadramento da reunião informal de Chefes de Estado e de Governo, que teria lugar no dia 19 de Novembro, em Bruxelas. A esse propósito referiu a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, dos desafios que o mesmo coloca e dos três cargos aí previstos: Presidente do Conselho Europeu, Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Secretário Geral do Conselho – cuja designação terá lugar na referida reunião.

S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus fez uma breve exposição inicial, realçando a importância da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e do reforço do papel dos Parlamentos Nacionais, o que implicará uma maior e melhor coordenação entre o Governo e a Assembleia da República.

De seguida referiu-se à reunião informal de dia 19 de Novembro e aos seus propósitos. Nesse âmbito, informou a Comissão sobre a posição oficial do Governo português, na qual, mais importante do que nomes, é a definição do perfil das personalidades que podem ocupar esses cargos. Assim, no que toca ao Alto Representante, referiu que atendendo a que este será Vice-Presidente da Comissão

Europeia, o Governo português defende que deve vir da área socialista para manter o equilíbrio dentro da Comissão, já que o Presidente foi indicado pelo PPE. Paralelamente deverá ser da área deste último grupo político o futuro Presidente do Conselho, que terá de ter um bom relacionamento com as presidências rotativas, pois em conjunto caber-lhes-á definir a agenda. Em comum estas duas personalidades devem ter como características: o empenho no projecto europeu, o respeito internacional e a capacidade de gerar consensos.

De seguida intervieram os Senhores Deputados Ana Catarina Mendes (PS), Carlos Costa Neves (PSD) e João Serpa Oliva (CDS-PP), que expuseram considerações gerais sobre a importância do equilíbrio institucional, as implicações para os Parlamentos Nacionais da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da necessidade de um melhor escrutínio das iniciativas legislativas europeias. Em particular, o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) solicitou esclarecimentos sobre a proximidade da escolha de um nome para esses cargos e sobre o entendimento do Governo Português sobre a que famílias políticas cada um deveria pertencer. O Senhor Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou esclarecimentos sobre o serviço europeu de acção externa, nomeadamente, sobre a articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e sobre a presença de diplomatas portugueses nessa estrutura.

O Senhor Presidente da Comissão, antes de dar a palavra a S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, referiu que considerava importante, por um lado, que a personalidade encontrada pudesse projectar a Europa para fora da Europa e fosse respeitada e ouvida no âmbito internacional e, por outro lado, que fosse uma personalidade com capacidade dialogante e de articulação com as outras estruturas europeias. Finalmente, levantou a questão dos nomes que têm surgido na imprensa puderem ter algum fundamento.

S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por concordar com a importância destes dois novos cargos conseguirem trabalhar em conjunto com as restantes instituições europeias. No que diz respeito ao Alto Representante e ao Presidente do Conselho Europeu, esclareceu que no contexto de equilíbrio institucional e com o enquadramento actual deveriam ser de famílias políticas diferentes. Relativamente aos nomes referidos para os cargos, S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus referiu que o Governo português preferiu não indicar nomes, mas sim referir os traços gerais do que considerava dever ser o perfil das personalidades a ocuparem esses lugares.

Relativamente ao serviço europeu de acção externa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros já começou a analisar a situação em termos de política externa e de representação. No entanto, o que ficou decidido no ultimo Conselho Europeu é que caberá ao novo Alto Representante apresentar, até Abril de 2010, a nova estrutura. Em simultâneo, o Governo encontra-se já a preparar o seu posicionamento, com o objectivo de destacar diplomatas portugueses para os vários níveis "hierárquicos". De qualquer forma, o Governo remeterá a esta Comissão Parlamentar todos os documentos que vierem a servir de base às decisões portuguesas neste âmbito. Finalmente aludiu à importância do escrutínio das iniciativas legislativas europeias por parte dos Parlamentos Nacionais, bem como à necessidade de uma articulação entre a Assembleia da República e o Governo, mas também da Assembleia da República com os outros Parlamentos Nacionais, nomeadamente através da COSAC.

O Senhor Presidente da Comissão referiu que o serviço europeu de acção externa se insere numa das áreas onde os Parlamentos Nacionais têm uma competência acrescida e agradeceu a disponibilidade do Governo em reforçar a cooperação com a Assembleia da República, bem como a disponibilidade manifestada para remeter a esta Comissão Parlamentar os documentos específicos relativos a esta área.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Paulo Pisco (PS) e José Ribeiro (PS) para suscitarem esclarecimentos sobre a importância das personalidades indicadas serem reconhecidas internacionalmente, sobre a importância da instalação de delegações desse serviço em países como Timor ou São Tomé e Príncipe e, finalmente, sobre as relações de Portugal com os PALOP e com os países ibero-americanos neste novo enquadramento.

S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por aludir aos direitos fundamentais como pedra basilar da posição europeia no mundo e que o serviço europeu de acção externa servirá também esse objectivo. Em relação ao serviço propriamente dito, recordou que até aqui existiam representações da Comissão para os assuntos de cariz comunitário e que a embaixada do país que detivesse a presidência rotativa da UE representava-a em termos de política externa – tal realidade implicava dois interlocutores em cada país. Com o serviço europeu de acção externa pretende-se que exista apenas um interlocutor. Demonstrou então a sua concordância com a instalação de delegações do referido serviço em Timor e São Tomé e Príncipe. No que toca às relações de Portugal com os PALOP e com os países ibero-americanos, sublinhou que não só são mantidas as relações bilaterais e as prioridades na política externa portuguesa, como se prevê um reforço posicional de Portugal.

Após estas declarações, o Senhor Presidente da Comissão deu por terminada a audição, agradecendo a presença de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Senhor Presidente da Comissão retomou então a Ordem do Dia, considerando que, não havendo mais inscrições, o projecto de Regulamento tinha sido aprovado por unanimidade. Em relação ao horário da reunião ordinária da Comissão, referiu que iria dialogar com os coordenadores dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão e tentar acordar uma hora. De seguida referiu a necessidade de elaboração de um plano de actividades da Comissão, sugerindo a esse propósito a inclusão de uma visita à Turquia, cujo fundamento se alicerça no estatuto de país candidato à UE e nos reiterados convites formulados para uma visita que permitisse conhecer melhor a Turquia.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, submeteu a Acta nº1/XI/1.º SL a apreciação da Comissão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 12:28 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 Novembro 2009.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Cecília Honório
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Paulo Pisco
Vânia Jesus
Vitalino Canas
António Gameiro
Fernando Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Honório Novo